



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

O exercício profissional do Serviço Social na Política de Assistência Social

Resumo: O texto que segue busca tecer reflexões sobre a atuação do Serviço Social na política de Assistência Social brasileira, considerando a formatação das políticas públicas no contexto neoliberal, o modo com que a profissão insere-se na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, bem como o significado social por ela assumido. Entende-se que o Serviço Social participa do processo de reprodução das relações sociais, e tem-se como objetivo recuperar a historicidade da profissão, demarcando os desafios para consolidar o exercício profissional conectado à perspectiva crítica, desvendando as contradições e os dilemas que permeiam a intervenção na política de Assistência Social.

Palavras-chave: Política Pública; Exercício profissional; Serviço Social;

The professional practice of Social Work in the Social Assistance Policy

Abstract: The text that follows seeks to reflect on the performance of Social Service in the Brazilian Social Assistance policy, considering the format of public policies in the neoliberal context, the way in which the profession inserts itself in the sociotechnical division of labor in capitalist society, as well as the social meaning it has assumed. It is understood that Social Service participates in the process of reproduction of social relations, and aims to recover the historicity of the profession, demarcating the challenges to consolidate the professional exercise connected to the critical perspective, revealing the contradictions and dilemmas that permeate intervention in Social Welfare policy.

Keywords: Public Policy; Professional exercise; Social service;

Introdução

Este artigo, de caráter teórico-exploratório, dedica-se a refletir sobre o exercício profissional do Serviço Social na Política de Assistência Social no Brasil. Para tanto, se faz necessário demarcar as tendências das políticas públicas e sociais na atual fase do sistema capitalista em sua configuração na qual predomina o neoliberalismo, com incidência direta na formatação institucional de operacionalização, analisando como as condições dadas pelo contexto acabam por ressentir e influenciar a prática profissional. A análise deste objeto de estudo requer, ainda, que se pautem o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, com vistas a compreender como o significado social da profissão transitou por concepções distintas, no movimento que assinalou a ruptura com práticas assistencialistas e conservadoras, substituindo-as pelo paradigma orientado para a garantia de direitos sociais.

Desta forma, a primeira seção aborda as tendências das políticas sociais no cenário neoliberal e as incidências no exercício profissional dos assistentes sociais, e na segunda seção, enfoca-se na discussão do serviço social na dinâmica de reprodução das relações

sociais. Problematiza-se, como o serviço social participa do processo de reprodução das relações sociais, na perspectiva do capital e trabalho. Por fim, na última seção aborda-se as contradições do exercício profissional dos assistentes sociais na política de assistência social.

1 Tendências das Políticas Sociais no cenário neoliberal e as incidências no exercício profissional dos Assistentes Sociais.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, representou um marco histórico para as políticas públicas no Brasil, instituindo o direito à política de Assistência Social aos que dela necessitarem, inserindo-a no conjunto das políticas de Seguridade Social, juntamente com a política de Saúde e a Previdência Social. Contudo, esse avanço histórico se deu em um contexto contraditório, uma vez que, a partir dos anos 1990, tem-se o direcionamento do Estado brasileiro à ordem econômica pautada no neoliberalismo, em consonância com um processo mundial.

Para Boschetti (2016, p.138) os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contrarreforma do Estado e do redirecionamento das conquistas de 1988, transferindo os custos da crise para a classe trabalhadora, por meio da redução dos direitos, da incitação às atividades e trabalhos sem direitos, do aumento do desemprego e etc. A redução de direitos trabalhistas é uma resposta da ofensiva burguesa à crise do capital em busca incessante por superlucros. Cresce e ganha força, mesmo entre a classe trabalhadora, a retórica da aceitação de qualquer negociação para manter o emprego, mesmo que isso signifique perder direitos. Para a autora, as políticas de ativação de trabalho seguem a lógica de incitar o trabalhador a aceitar qualquer tipo de trabalho, portanto criando a cultura do conformismo.

Assim a autora esclarece ser impositivo reflexões sobre o modo de produção capitalista e seus impactos no trabalho, inclusive do profissional do Serviço Social, visto no contexto da crise do capital e de redução do Estado Social que a Assistência Social participa ainda mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política subsidiária nos regimes de proteção social, mas na condição de política central de garantia de renda mínima necessária ao consumo e à reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, ao invés de processar ou provocar a universalização do acesso a bens e serviços públicos, para a autora se avoluma a prestação de benefícios assistenciais

ao mesmo tempo em que se reduzem os investimentos nas demais políticas sociais. Esta constitui-se uma tendência marcante das políticas públicas, nos marcos da crise do capitalismo contemporâneo.

A autora indica que o investimento em programas assistenciais focalizados, bem como o desinteresse em investir em políticas universais, é uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo em contexto de crise estrutural. Em contexto de crise do capital, que provoca a desestruturação do trabalho e dos direitos, ocorre efetivamente uma perda de nitidez na separação clássica entre política de assistência social para os pobres incapacitados para uma atividade produtiva e políticas de trabalhos e direitos daí derivados para os aptos ao trabalho.

Ainda na perspectiva de Boschetti (2016, p.132) acrescenta que em tempos de crise, “as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinados a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros”.

Corroborando com esta ideia, Guerra (2007, p. 7) afirma que é necessário considerar as transformações que ocorreram nos últimos trinta anos nos países capitalistas, devido à crise estrutural do capital, que produzem alterações no mundo do trabalho redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais decorrentes de novas e complexas relações entre Estado e sociedade civil, do que deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social, caracterizado por medidas focalizadas no combate à pobreza. Nas palavras da autora,

Este contexto vem forjando novas formas de sociabilidade e novas demandas (engrenadas por sujeitos diferentes: pelos usuários, pela instituição, pela profissão) que por meio de muitas mediações chegam ao profissional e lhes impõe novas competências. O aumento do desemprego, do subdesemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação, por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras, incidem no atendimento da demanda e na qualidade da intervenção profissional.

Nestas condições, o exercício profissional está mediado pela lógica do mercado, imprimindo alterações nos serviços sociais e no atendimento às demandas da população, marcados pela racionalidade burocrática e institucional,

Os serviços sociais, junto com as políticas sociais, passam a se constituir não apenas o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, mas a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, considerando concepções de eficácia, eficiência, produtividade, competência de acordo com as exigências do mundo burguês para acumulação/valorização do capital. Deste modo, há uma interferência da lógica do capital na forma, no *modus operandi*,

no conteúdo e no resultado do exercício profissional que se limita em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, a luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros e institucionais) que se dispõe à realização das ações profissionais (GUERRA, 2007, p. 8).

Neste sentido, é necessário compreender os desafios que se apresentam no cotidiano do exercício profissional do assistente social, considerando que para uma profissão social se orientar por um projeto que se propõe construir respostas as demandas das classes subalternas tem-se de ter clareza da função social na sociedade, e clareza de que a prática profissional está atrelada a um conjunto de conhecimentos teóricos e saberes interventivos, a princípios, diretrizes éticas e políticas, a um Código de Ética, e referenciais metodológicos para a intervenção, cujo perfil profissional tenha intrínseco, competências que imprima qualidade técnica às suas ações com orientação crítica, visando à defesa permanente dos direitos humanos e sociais.

De contrapartida as políticas sociais/públicas como instrumento de concretização de direitos de cidadania gestadas em final do século XIX, consolidadas nos anos de 1940 e 1970 do século XX, passa por um processo de retrocesso desde os anos de 1980 no âmbito internacional. No Brasil, apesar de ser no contexto dos anos 80, que as políticas públicas ganham status de direitos, em especial a saúde e assistência social, com a inserção no campo da seguridade social, “legalmente prevista, mas efetivamente existente como tal”. (Silva, 2013, p.135), também passam a ser capturada pela ideologia neoliberal, culminando com o desmantelamento de um conjunto de conquistas sociais resultantes de valioso legado de lutas democráticas.

Nesse sentido, a política com maior impacto será a Assistência social em vista da própria história em que o sistema de proteção social foi limitado, com peculiaridades do modo de produção capitalista, qual seja, na condição de dependência do Brasil em relação aos países do chamado Primeiro Mundo (Pereira, 2002, p. 256), pela cultura do clientelismo, patrimonialismo e outros determinantes de ordem econômica e política que produz índices elevados de desigualdade social no Brasil.

Vê-se que ao mesmo tempo em que “a contradição entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação do capital, com a mercantilização de bens e serviços, a profissão se vê no fio da navalha diante do antagonismos de classes. (Behring e Boschetti, 2011, p.131). Assim, o serviço social construiu uma cultura profissional a partir do seu exercício profissional, nos marcos do

processo ampliado de reprodução social, com expansão da sua função intelectual, com clara distinção entre o significado e a dimensão do Serviço Social como área de conhecimento e profissão voltada para a intervenção na realidade.

2 O Serviço Social na dinâmica de reprodução das relações sociais.

O Serviço Social participa da reprodução das relações de classes, como agente mediador do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, compreender o significado social da profissão na sociedade capitalista exige inseri-la e situá-la historicamente como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial.

É notório que o Serviço Social participa do processo de reprodução das relações sociais, na perspectiva do capital e trabalho, sendo que esta reprodução das relações sociais engloba a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, e nesse processo são estabelecidas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta de poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade, conforme interpreta Yamamoto e Carvalho (2004, p. 75),

O Serviço Social, como instituição competente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social, é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposito. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-la do contexto da prática profissional, vistos que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses da classe trabalhadora.

Desta forma, é necessário compreender que estas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional na medida em que o Serviço Social está pautado na ótica das relações de classes, sendo que na prática profissional, o assistente social exerce uma função mediadora.

Portanto, a autora afirma que o Serviço Social se desenvolve como uma profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo que lidar com as sequelas do desenvolvimento capitalista e a expansão urbana, contexto esse que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro que emergindo as novas formas de expressões da questão social.

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2004, p.77) esclarece que o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

No Brasil, o Serviço Social afirma-se como profissão, estreitamente vinculado ao setor público, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Também está vinculada a organizações privadas, de caráter empresarial, dedicadas as atividades produtivas e a prestação de serviços sociais à população. É nesse sentido que a profissão se consolida como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, sendo o assistente social um trabalhador assalariado. Coadunando com essas considerações, Iamamoto e Carvalho afirmam:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativa da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abstratos da sociedade, para dinamizar a sua dimensão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato do Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social. O Estado, passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadoras desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social, consolidadas em medidas de política social. O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto a classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados. Estabelece-se, então uma disjunção entre intervenção e remuneração, entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente

solicitado, atua junto a ele, a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p. 83-84).

Em face disso, o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada e ao mesmo tempo tem a função de contribuir na luta pela direção social da classe trabalhadora, contribuindo com o fortalecimento de condições favoráveis à organização dessa classe, caracterizando a relação contraditória.

Na trajetória histórica do Serviço Social, é destacado pelos autores acima que a implantação do Serviço Social no Brasil, ocorre na década de 1920 de forma moderada, com ações assistencialistas, pois surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica, sob os auspícios da burguesia emergente, como uma estratégia da classe dominante para disciplinar e atenuar os males sociais advindos da expansão capitalista.

Diante das contrações capital e trabalho naquele contexto ocorre conflitos que passam a ser institucionalizados pelo Estado com implantação de políticas sociais como instrumentos e estratégias à legitimação e consolidação da hegemonia burguesa permeado por conquistas da classe trabalhadora. Nesse período histórico, em análise, houve uma pressão do proletariado devido as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, pois no início do século XX uma parcela da população urbana vivia em condições de extrema miserabilidade, o poder aquisitivo dos salários eram ínfimos e havia longas jornadas de trabalho. Os autores supracitados relatam que à época surgiram movimentos operários que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho, devido a incapacidade do Estado de propor e implementar políticas sociais eficazes.

Na década de 30, o Estado assume uma organização corporativista, canalizando os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações populares, assumindo uma política social, através da legislação sindical e trabalhista. E o Serviço Social se consolida neste período, como desdobramento da Ação Social e Ação Católica que eram desenvolvidas para atender as famílias carentes.

Em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo-CEAS, constituindo a primeira escola de Serviço Social com o objetivo de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social e da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária”. (Iamamoto e Carvalho, 2004, p.169). Ao assumir tal posicionamento, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da

organização de associações para moças católicas e para a intervenção direta junto ao proletariado. Durante este período, o discurso do Serviço Social é bastante limitado, pautada no assistencialismo e na doutrinação do pensamento social da Igreja. Diante desta perspectiva, os profissionais deveriam atuar no sentido de garantir ao trabalhador e sua família, um nível de vida moral, condizente ao discurso da Igreja.

No ano de 1937, no Rio de Janeiro, houve a criação do Instituto de Educação Familiar e Social, pois a questão social passou por uma transição, de caso de polícia para uma questão política, e neste mesmo ano, criou-se a Escola Técnica de Serviço Social com um convênio firmado entre o CEAS e o departamento de Serviço Social do Estado em 1939, organizando os centros familiares. Em 1940 realizou-se o curso de preparação em trabalho social, visando treinar, orientar e nortear os trabalhadores sociais da época.

Desta forma, o Serviço Social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano industrial, conforme afirma (Silva, 2011, p.44), estando estabelecidas as bases de legitimação da profissão rompendo com as origens confessionais à atividade institucionalizada.

Contudo é na década de 60, que o Serviço Social inicia o debate no campo teórico, através de discussões em Congressos para a sua atualização, porém de forma gradual cujo processo de acordo com a autora supracitada é caracterizado a partir de duas vertentes, a conservadora e a mudancista com o Estado atuando nas “disfunções sociais e individuais” (...), voltado para a integração social substituindo a doutrina social da igreja, as correntes sociológicas entre elas o positivismo e funcionalismo. (Idem, 2011, p.46)

Porém, entre os anos 1970-1980 inicia-se o processo de erosão das bases do Serviço Social tradicional, fundado na prática empirista, orientada pelos princípios da ética liberal burguesa que enfrentava as manifestações na questão social como desajustes sociais, sob a lógica individual, cujo movimento denominado de reconceitualização e de renovação da profissão produz embate entre duas perspectivas opostas: a perspectiva conservadora que reforça a lógica do capital e a perspectiva crítica, baseada no projeto societário de classe subalterna, que visa contribuir para o fortalecimento e a organização social da classe trabalhadora, na luta por melhores condições de vida e orientada para o acesso e a garantia dos direitos sociais.

A partir de então, desencadeia-se o processo de consolidação da profissão, entendida como especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo como objeto de intervenção a questão social, ao mesmo tempo em que

busca romper com uma orientação acrítica e a-histórica, adotando o pensamento marxiano como inspiração filosófica na análise das relações sociais, e parâmetro teórico-metodológico da atuação profissional.

Nesse sentido, o Serviço Social ampliou os debates junto a categoria profissional, contexto em que, entre as reflexões, tem-se discussões sobre a instrumentalidade, seu ressignificado e o uso do instrumental técnico-operativo e cria novos instrumentos, como a mediação para o alcance das finalidades, na direção da competência ética, política e teórica, vinculada à defesa de valores emancipatórios.

Assim, na década de 80, inaugura-se o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão.

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, Isto é, dos setores dominados da sociedade” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2004, p.37).

Desta forma, as discussões desenvolvidas neste processo constituíram a base inicial da construção do Projeto Ético-Político Profissional, e a proposta primária desse projeto é constituída pelo Código de Ética de 1986, posteriormente reformulado em 1993, e ainda pela reformulação da Lei que regulamenta a profissão, complementada com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas pela categoria em 1996, sendo que essas diretrizes apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como discussões: formação e trabalho profissional.

Diante desta atualização do Serviço Social, o trabalho na perspectiva do projeto ético-político exige um profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, que tenha a competência de propor, negociar com os empregadores públicos ou privados, defendendo projetos que ampliem direitos das classes subalternas.

Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais e o cumprimento de tarefas burocráticas, envolve necessariamente, a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação, na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas.

3 As contradições do exercício profissional dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.

Segundo Guerra (2007, p. 12) a historicidade da profissão de Serviço Social foi construída entre formas conservadoras e progressistas o que traz ranços históricos de uma prática profissional de tecnificação/racionalização pautada na benesse e nas práticas assistencialistas. O que diferencia uma prática profissional de intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópicas é o exercício profissional atrelado a um referencial teórico-metodológico e ético-político crítico. Assim, a autora assinala que os profissionais devem observar se as suas competências profissionais não estão restritas ao atendimento das demandas institucionais,

Ora, a utilização de procedimentos burocráticos-administrativos a partir de modelos oriundos da lógica formal e abstrata para atender a uma heterogeneidade de situações direta e imediatamente vinculadas no plano da formalidade institucional, a utilização de procedimentos pré-determinados, leva o profissional, a circunscrever sua prática dentro da vida e dos limites institucionais. Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais.

A atuação profissional baseada em procedimentos limitadores reforça uma falsa imagem da profissão relacionada a ações caridosas, de boa vontade. Em contraponto, um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas são os componentes que formulam o projeto profissional e constrói mediações que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional, que são capazes de diferenciar a prática profissional da prática leiga.

Considerando essas premissas, faz-se necessário entender de que forma o cotidiano está atrelado ao exercício profissional. De acordo com Netto (1987, p.142) “o cotidiano é o lugar no qual a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos”. Neste sentido, o autor reforça que é importante a formulação de projetos profissionais com a homogeneização dos componentes que estruturam o exercício profissional, quais sejam, uma dada concepção acerca da natureza e do significado da profissão, uma visão de homem e mundo, um conjunto de referências teórico-metodológicas, valorativa, operativa, instrumentais, técnicas e estratégias para uma ação sócio-política e profissional. Nesta direção, os projetos profissionais devem necessariamente incorporar as necessidades, os valores, anseios de toda a sociedade e para isso o exercício profissional demanda que se tenha domínio teórico-metodológico e

que adote uma postura investigativa visando acompanhar as tendências do desenvolvimento histórico da profissão.

Assim visto, o desafio para o assistente social está em assumir uma postura crítica dos fundamentos da cotidianidade na qual os sujeitos encontra-se inseridos, buscando compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente naturalidade, que apreenda sua crise estrutural e possibilidades de sua transformação social. De acordo com Guerra (2007, p.16) a escolha compromissada do aporte teórico e do método, como uma relação necessária e constituinte entre sujeito e objeto do conhecimento, é um passo indispensável ao profissional, permitindo-lhe ir além da imediaticidade que é própria do cotidiano.

Com relação ao exercício profissional qualificado no âmbito das instituições, a autora aponta a necessidade de uma análise institucional, que capte a maneira como se expressam neste cotidiano as determinações mais ampla da vida social, da lógica mercadológica, a alienação e reificação das relações sociais e a exploração e os antagonismos de interesses das classes sociais, e como tal, gestada pela e na contradição. Para tanto, com a percepção deste movimento é que o profissional apreende as suas demandas profissionais, e com isso, se tem a possibilidade de reconstruir a demanda institucional.

A autora considera ainda, que para desvendar a realidade institucional é necessário um conjunto de saberes, como por exemplo, os fundamentos da ordem social, a formação sócio-históricas dos países e regiões, a conjuntura econômico-social atual, o contexto institucional, as relações de poder presente, os interesses em disputas, o que se quer atingir com objetivos curtos, médios e longos prazos, os instrumentos que permitem o alcance desses objetivos, as táticas e estratégias a serem utilizadas, assim cabe ao assistente social fundamentar-se em saberes explicativos e em saberes interventivos.

Desse modo, é fundamental no exercício profissional do assistente social, uma análise crítica ao cotidiano para a operacionalização da sua prática, que propõe um conjunto de referências prático-instrumentais atreladas ao aporte teórico-metodológico e ético-político.

Ao atuar em uma perspectiva crítica, o profissional traz em seu interior tanto uma determinada forma de conceber as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites ao processo de mercantilização da vida social, quanto normatiza a forma de estabelecer relações com o usuário dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos, de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos, grupos e populações na vida institucional, no planejamento e nas decisões

institucionais. Assim, este tipo de intervenção qualificada possibilita que o assistente social estabeleça uma determinada relação com o Estado, cobrando a sua intervenção direta, sistemática e contínua nas expressões da questão social, via políticas sociais públicas.

Por este motivo é relevante considerar os desafios do exercício profissional do assistente social na contemporaneidade, realizar uma reflexão sobre a prática do Serviço Social e a sua configuração nos diversos espaços de inserção sócio-ocupacionais com o objetivo de aprofundar discussões fundamentadas e coerentes, conforme afirma Torres (2016, p. 55),

[...] as expressões do exercício profissional do assistente social em seus múltiplos campos de atuação, considerando os descompassos entre o saber e o fazer profissional. Para tanto o problema que se coloca em curso é analisar os conhecimentos mobilizado pelos assistentes sociais para operacionalizar seu exercício profissional.

A autora considera que as discussões que perpassam o exercício profissional devem estar conectado com a ação tendo como parâmetro uma postura investigativa seja por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, observação, seja por estudo e análise da realidade em que encontra-se inserida, de forma a produzir conhecimento e traçar estratégias de atuação.

Desta forma, (Torres 2016, p.55) pontua que o fazer profissional, seu aporte teórico-metodológico, a sua relação com a realidade vivida com os usuários e as demandas institucionais não estão muitas vezes, vinculadas a compreensão da realidade de vida da população usuária e da perspectiva defendida pelos assistentes sociais, e por este motivo é essencial a discussão inerente ao exercício profissional, conforme considera Yamamoto (1992, p. 42):

O assistente social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente técnico especializado de suas ações, senão, antes e basicamente, por suas funções de cunho educativo, moralizadora e disciplinadora [...] o assistente social aparece como profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai em um campo político.

Diante da forma de intervenção expressa pela autora, esta esclarece ser necessário refletir sobre o exercício profissional ou ainda dialogar teórica e metodologicamente com este exercício, afinal para progredir nas proposições profissionais, nas buscas de estratégias de fortalecimento profissional e da classe trabalhadora torna importante refletir, propor, construir e reconstruir estratégias e ter clareza das possibilidades interventivas da profissão para não incorrer em fatalismos.

Em face disso, considerando que a profissão atua em um contexto de tensões, e o Estado como seu principal empregador, necessita dar respostas aos usuários sobre as suas necessidades. E a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em suas configurações e demandas, representa hoje um rico campo de luta, desafios e possibilidades de legitimação tanto para a Assistência Social, concebida como política pública de direito, quanto para o Serviço Social, cuja profissão se compromete com a defesa dos direitos sociais.

A Assistência Social, que foi regulamentada em 1993 como política pública, tem sua regulamentação posterior na PNAS/2004. A partir de então, observam-se avanços significativos, dentre os quais a regulamentação da Assistência Social como política pública provedora de proteção social a todos que dela necessitarem, regida sob os princípios da universalização dos direitos sociais, do respeito à dignidade, à autonomia, à convivência familiar e comunitária, da igualdade no acesso ao atendimento e da divulgação dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais.

A gestão da Assistência Social organizada por meio de um sistema descentralizado e participativo, ainda que indicada na LOAS/93, é efetivamente discutida e aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, em Brasília - DF, dando origem a criação do Sistema Único de Assistência Social, o que vai de encontro, portanto, com o formato descentralizado assumido pelas políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988. Dentre os seus objetivos estão a contribuição para a inclusão e equidade de usuários e grupos específicos, por meio da ampliação do acesso a bens e serviços socioassistenciais, além da garantia à convivência familiar e comunitária, assim como à proteção social (PNAS, 2004).

A política de Assistência Social surge como forma de resistência frente à restrição de direitos sociais respaldada pelo ideário neoliberal. Esta política efetiva o direito de cidadania e responsabilidade do Estado, pautada em um modelo de gestão compartilhada, destacando - se quais as devidas atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, conforme indicado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e nas Normas Operacionais Básicas (NOB).

Sendo assim, o exercício profissional do Serviço Social na política de Assistência Social deve superar o pragmatismo, considerando as condições de vida, de luta e de resistência da população, faz-se necessário garantir um serviço de qualidade, conectado com as necessidades sociais da população.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas orientou-se pelo entendimento de que o Serviço Social configura-se como uma profissão que intervêm na realidade social, tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social, especialmente, a partir das políticas sociais instituídas e de responsabilidade do Estado, no contexto pós CF/1988. Desta forma, é na execução das políticas sociais que se insere majoritariamente o exercício profissional do assistente social, entre eles na Assistência Social, atendendo as demandas dos usuários e também a serviço do modo de produção capitalista.

Desta forma, a intervenção profissional se depara com muitos desafios, considerando que os assistentes sociais têm como função construir propostas de trabalho direcionadas à garantia dos direitos e ampliação da cidadania, em um contexto socioeconômico adverso e conflitante, orientado pelo ideário neoliberal. Nessa direção, estão demarcadas as condições de intervenção profissional do assistente social no âmbito da Política de Assistência Social, visando superar o assistencialismo, com o objetivo de empreender o exercício profissional a partir de uma perspectiva crítica.

Quanto as tendências das políticas sociais no contexto neoliberal, a história demonstra que o sistema de proteção social no Brasil foi instituído em bases frágeis e consolidado conforme a lógica de privilégios, em especial para determinados grupos privilegiados. Quanto à Assistência Social prevaleceu a lógica do favorecimento, com ações assistencialistas e pontuais, sem nenhuma direção política, econômica e social que imprimisse a emancipação daqueles à margem das relações de produção, gerando na população o sentimento de merecedora de benesses.

Nesse sentido, o exercício profissional sofre rebatimentos da cultura clientelista adotadas nos diferentes contextos, e mesmo que a atuação venha tendo a direção instituída no projeto ético-político, a implementação do ideário neoliberal constitui impeditivos a superação das desigualdades, inclusive porque essas vão além do SUAS, requerendo mudanças estruturais, interlocução e consolidação da política dentro dos parâmetros que a determina.

Portanto, a Política de Assistência Social se move em um espaço contraditório e o Serviço Social ao sofrer os impactos dessas contradições, necessita rever a atuação profissional e ao mesmo tempo ocupar-se com estratégias de trabalho democráticas, na perspectiva do protagonismo popular e construção de uma sociedade mais justa.

Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo : Cortez, 2016.

GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e Sociedade. Projeto Profissional e Conjuntura**. N° 91. 2007

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaios Críticos**. São Paulo : Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 16. ed. São Paulo : Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo : Cortez. 1987.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2004.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **O exercício profissional do assistente social em questão: as publicações da área de Serviço Social**. In. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Serviço Social: temas, textos e contextos. 5ª ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.